

W. V. Quine sobre a Verdade Lógica

RUDOLF CARNAP

A. A doutrina linguística da verdade lógica

NA PRIMEIRA PARTE DO SEU ENSAIO, QUINE oferece uma exposição e uma discussão informal detalhada do que ele chama «a doutrina linguística da verdade lógica». Primeiro comentarei essa parte, depois discutirei suas críticas mais específicas da minha concepção de verdade lógica.

A concepção da natureza da verdade lógica, que foi desenvolvida no Círculo de Viena com base nas ideias de Wittgenstein, a qual ainda sustento em seus pontos essenciais, foi originalmente, antes da construção de uma semântica–L sistemática, formulada somente em explicações informais. Entre as várias formulações que Quine menciona e discute criticamente, existem várias que eu não mais considero psicologicamente úteis e, portanto, evito. Uma delas é a caracterização da verdade lógica baseada no «*fiat* linguístico» ou «convenções linguísticas». Tampouco a escolha de Quine pelo termo «doutrina linguística» parece ser muito adequada para minha concepção. O termo «convenção linguística» é normalmente entendido no sentido de uma escolha mais ou menos arbitrária em relação a linguagem, como a escolha entre centímetros ou polegadas como uma unidade de comprimento. Às vezes, o fato de um certo conceito ser expressado em certa linguagem por certa palavra é vagamente visto como uma questão de convenção. Muito embora nesse caso não há acordo explícito, o termo «convenção» pode ser ainda utilizado para expressar o fato do uso poder ser alterado por uma decisão, ou seja, que uma nova palavra pode ser escolhida ao invés da antiga, sem com isso alterar qualquer característica essencial da língua dada. Por outro lado, a verdade lógica da sentença «todos os cães pretos são cães» não é uma questão de convenção, mesmo no sentido mais vago. Uma vez que o significado das palavras individuais em uma sentença dessa forma é dado (o que poderia ser considerado como uma questão de convenção), então já não é uma questão de convenção ou de escolha arbitrária ou de não considerar a sentença como verdadeira; a verdade desse tipo de

sentença é determinada pelas relações lógicas mantidas entre os significados dados. (No presente exemplo, somente o significado de «todos» e «são» são relevantes.)

Uma melhor caracterização informal de verdade lógica também mencionada por Quine é descrita como *verdade baseada em significados*. Para determinar a verdade de uma dada sentença é necessário, primeiro, saber o significado de cada parte e, desse modo, da sentença como um todo; em outras palavras, é necessário entender a sentença. Para asserir a verdade de algumas sentenças, p.ex., «Alguns cães são pretos», é ainda necessário conhecer certos fatos sobre o mundo. No caso de outras sentenças, p.ex., «todos os cães pretos são pretos», isto não é necessário; entendê-las é uma base suficiente para a determinação da sua verdade. Tais sentenças são chamadas «logicamente verdadeiras» ou «analíticas».

Na sequência da discussão, serei compelido a discutir as opiniões de Quine hipoteticamente, isto é, com base em pressuposições sobre o significado de suas formulações, porque eu ainda não fui capaz de determinar seus significados com suficiente clareza.

Quine diz (em § II) que, em certo sentido,

(1) lógica elementar é óbvia.

Presumo que ele não entende a palavra «óbvia» aqui no sentido de alguém poderia dizer: «é óbvio que eu tenho cinco dedos em minha mão direita», mas sim no sentido que a palavra é usada em: «é óbvio que, se não há um homem justo em Sodoma, então todos os homens em Sodoma são injustos». Nesse caso, basta simplesmente pensar para reconhecer a verdade; nenhuma observação dos homens de Sodoma é necessária. Se Quine tem esse significado em mente, nós estamos de acordo. No entanto, Quine diz depois (§ III) sobre a doutrina linguística da verdade lógica elementar, que vou chamar «DL» por economia, que

(2) DL «parece não implicar nada que já não estava implicado no fato da lógica elementar ser óbvia»

Mais uma vez eu concordo. Em outras palavras:

(3) Qualquer coisa implicada por DL, é implicada por (1).

Assim, visto que DL é implicada por DL:

(4) DL é implicado por (1).

Por conseguinte, tendo Quine aceitado (1), precisa também aceitar DL. Seu argumento não parece ser uma refutação de DL, mas sim uma prova dela.

Na verdade, tenho a impressão que o argumento crítico de Quine (2) não se pretende como uma refutação. Ele mesmo logo em seguida diz: «eu não estou sugerindo que a doutrina linguística é falsa». Eu presumo que ele quisesse dizer que a doutrina não é falsa (se assim fosse, gostaria que tivesse dito isso!). Em nenhum lugar ele diz que a doutrina linguística é sem-sentido; isso também não estaria de acordo com sua proposição anterior (2), nem com sua observação de que a doutrina tem um papel análogo a « $0=0$ ». Portanto, podemos presumir que ele considera a doutrina como verdadeira. (se assim fosse,...!) O ponto principal da sua crítica parece ser que a doutrina é «vazia» e «sem significado experimental». Com essa observação eu certamente concordaria, e estou surpreso que Quine considere necessário argumentos detalhados para sustentar tal ponto de vista. Na mesma linha da concepção básica de Wittgenstein, em Viena concordamos que uma das principais tarefas da filosofia é a clarificação e a explicação. Geralmente um *insight* filosófico nada diz sobre o mundo, mas é apenas um reconhecimento mais claro de significados ou de relações entre significados. Se um *insight* desse tipo é expresso por uma sentença, então essa sentença é, muito embora significativa (como sustentamos em contraste com a concepção de Wittgenstein), não factual, mas sim analítica. Assim, gostaria de interpretar, p.ex., o princípio de verificabilidade (ou de confirmabilidade), ou o princípio empirista de que não há sintético *a priori*, como conjunto de propostas para certas explicações (muitas vezes não apresentadas explicitamente) e de algumas afirmações que, com base nessas explicações, são analíticas. Tais princípios filosóficos ou doutrinas são algumas vezes chamadas de teorias; no entanto, talvez seja melhor não usar o termo «teoria» nesse contexto, a fim de evitar mal-entendidos que tais doutrinas sejam similares às teorias científicas, empíricas.

B. Dois argumentos de Quine

Agora chego aos argumentos importantes de Quine (em §§ VIII–X) direcionados contra minha presente concepção sobre o conceito de analiticidade (ou verdade lógica em sentido amplo) como um conceito semântico. Aqui as objeções de Quine devem ser consideradas em conexão com aquelas em alguns dos seus artigos anteriores, que foram reimpressos no seu livro.¹ Alguns dos meus argumentos são proximamente relacionados àqueles feitos por outros autores.²

Apresentarei dois argumentos de Quine, que eram, à primeira vista, um tanto intrigantes pra mim e, parece-me, para outros autores. Então explicarei o que presumo ser o ponto vista básico de Quine, que está na base desses dois argumentos e os transformaria em compreensíveis. Finalmente, indicarei minha posição em relação a este ponto de vista. Minha proposta para a explicação da analiticidade sempre foi dada para uma linguagem formalizada (codificada, construída) \mathcal{L} , i.e., uma linguagem para a qual as regras semânticas explícitas são especificadas, que levam ao conceito de verdade (p.ex. regras do tipo A, B, C e D em § 10). A explicação é dada por regras adicionais, essencialmente por uma lista de postulados de significados (A–postulados) e, baseados neles, uma definição de «A–verdade» (que eu uso como um termo técnico para o explicatum). O primeiro dos argumentos críticos de Quine consiste na observação de que os postulados de significado são reconhecidos apenas pelo rótulo «postulados de significado» e o significado desse rótulo não é claro (§ X); da mesma forma ele diz em seu livro (p. 33f) que regras semânticas são reconhecidas apenas pelo título «Regras Semânticas», que em si não tem sentido. Fiquei intrigado com esta observação porque nem Quine, nem ninguém criticou anteriormente o fato óbvio de que, p.ex., as formas admitidas das sentenças de uma linguagem formalizada \mathcal{L} são somente reconhecidas por um rótulo como «Formas setenciais em \mathcal{L} » que precede uma lista de expressões, ou o fato que os axiomas de um cálculo lógico são reconhecíveis pelo rótulo «Axiomas». Por que o mesmo fato deve ser questionável no caso dos postulados de significado?

¹ W. V. Quine, *From a Logical Point of View* (Cambridge, Mass., 1953). No que se segue, as referências a Quine citando números das páginas fazem referência a esse livro; aquelas citando números de seção em romano fazem referência ao ensaio de Quine no presente volume (*The Philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle, IL, 1963).

² Benson Mates, «Analytic Sentences», *Phil. Review*, LX (1951), pp. 525–534. Richard M. Martin, «On 'Analytic'», *Phil. Studies*, III (1952), 42–47. H. P. Grice e P. F. Strawson, «In Defense of a Dogma», *Phil. Review*, LXV (1956), pp. 141–158.

A segunda objeção consiste na afirmação de Quine de que o conceito de analiticidade é aceitável somente se não explicado apenas por regras semânticas, mas por critérios empíricos em termos behavioristas, aplicáveis às linguagens naturais (§ IX); no seu livro (pp. 56–64) ele diz o mesmo a respeito de sinonímia. Pareceu-me intrigante porque para os conceitos de analiticidade ou sinonímia a definição de um conceito empírico, pragmático, correspondente é necessário, enquanto que para outros conceitos semânticos como verdade, a relação–nome, e assim por diante, uma exigência desse tipo não é feita.

Minha interpretação das intenções de Quine, formulada na minha terminologia, é a seguinte. Parece-me que a crítica de Quine não é direcionada contra o explicata semântico proposto. Creio que ele concordaria que, p.ex., minhas regras dos tipos acima mencionados, levando à definição de «A–verdade», são em si mesmas exatas e irrepreensíveis. Sua crítica é antes de que não há um *explicandum* claro, em outras palavras, que as habituais explicações pré–sistemáticas de analiticidade são muito vagas e ambíguas, e, basicamente, incompreensíveis. Isto tornaria compreensível o motivo de sua exigência de um critério empírico para analiticidade, enquanto ele não exige o mesmo para verdade. Na opinião de Quine, há uma diferença básica. No caso da verdade ele reconhece um *explicandum* suficientemente claro; p.ex., antes de uma explicação ter sido dada, o uso do conceito tinha sido suficientemente claro, ao menos para fins práticos. Por outro lado, Quine não vê um conceito pré–sistemático suficientemente claro para analiticidade que poderia ser tomado como um *explicandum*. Se for apresentado um critério empírico para analiticidade com respeito às linguagens naturais, então esse conceito poderia servir como um *explicandum* para a reconstrução de um conceito puramente semântico de A–verdade. Isto parece ser a real motivação de Quine para a exigência de tal critério. Isso também explicaria a primeira objeção de Quine. Sua observação sobre a reconhecibilidade por rótulos pode ser entendida não como uma crítica às regras semânticas em si, mas antes como um destaque para a falta de um *explicandum*. Ele diz em seu livro (p. 33): «A dificuldade é simplesmente que as regras [semânticas] contêm a palavra ‘analítico’, a qual não entendemos!». Ele propõe, ao invés, o uso do termo não–tendencioso « \mathfrak{K} » para a classe determinada pelas regras, porque o uso da palavra, «analítico», aparentemente familiar, pode nos dar a ilusão de que estamos de posse de um *explicandum* claro.

Como agora entendo Quine, eu concordaria com sua ideia básica, a saber, que um conceito pragmático, baseado em um critério empírico, pode servir como um *explicandum* para uma reconstrução puramente semântica, e que este procedimento pode, por vezes, e talvez também no presente caso, ser uma maneira útil de especificar o *explicandum*. Por outro lado, eu não penso ser necessário de modo geral fornecer um conceito pragmático para justificar a introdução de um conceito puramente semântico.

C. Critérios empíricos para conceitos intensionais

Visto que eu concordei com a ideia básica de Quine, eu aceitei o seu desafio de mostrar que um critério empírico para um conceito intensional, no que diz respeito às linguagens naturais, pode ser dado. Creio ter mostrado isso no meu artigo sobre linguagens naturais.³ No rascunho original para minha resposta ao presente ensaio de Quine, a parte que trata das linguagens naturais cresceu para além do espaço disponível para este volume. Por isso elaborei esta parte e publiquei separadamente como o artigo mencionado acima. As ideias básicas que subjazem à minha tese intensionalista são simples. Pareceu-me bastante plausível, desde o início, que deveria haver um critério empírico para o conceito de significado de uma palavra ou frase, por conta do fato de que os linguistas tradicionalmente determinam empiricamente o significado, as diferenças de significado, e mudanças de significado de palavras, e no que diz respeito a essas determinações, eles atingem uma medida de concordância entre si que muitas vezes é consideravelmente maior do que os alcançados pelos resultados na maioria dos outros campos das ciências sociais. Os argumentos de Quine de que os lexicógrafos não possuem nem um critério para as suas determinações não me pareceu nenhum pouco convincente.

Em meu artigo, tentei mostrar a possibilidade de apresentar regras operacionais para o teste de hipóteses acerca das intensões dos predicados de uma linguagem natural tomando por base as respostas dadas pelos usuários desta linguagem.

Por questão de simplicidade, não vou usar aqui «intensão», mas sim «analítico» como um exemplo. Vamos supor que dois linguistas estudam a linguagem natural \mathcal{L} tal como usada pela pessoa \mathcal{X} . Vamos supor que \mathcal{L} consista

³ Rudolf Carnap, «Meaning and synonymy in natural languages». *Philosophical Studies* 6 (1955), pp. 33–47.

em algumas palavras portuguesas e sentenças em português, entre elas a seguinte sentença:

(S₁) «Todos os corvos são pretos».

Assumimos que os dois linguistas concordam por base em experiências anteriores que \mathcal{X} usa as palavras «todos» e «são» no sentido usual, e que \mathcal{X} tem afirmado repetidamente a sentença S₁ e, portanto, presumivelmente, considera-a como verdadeira. Agora o primeiro linguista declara a seguinte hipótese:

(5) «a sentença S₁ é analítica na linguagem \mathcal{L} para a pessoa \mathcal{X} ».

O outro linguista nega esta hipótese. A fim de obter evidências relevantes para (5), o linguista fala para \mathcal{X} : «O Sr. Smith disse-nos que ele encontrou um corvo que não é preto, mas branco, e que ele vai nos mostrá-lo amanhã. Você revogará sua afirmação de S₁?» Consideremos duas das muitas repostas possíveis de \mathcal{X} :

(6) «Eu jamais acreditaria que existam corvos brancos, e eu ainda não acredito até ver um. Nesse caso, é claro, eu revogaria minha afirmação».

(7) «Não podem haver corvos brancos. Se um pássaro não é preto, então eu não o chamaria de corvo. Se o Sr. Smith diz que seu corvo não é preto, então (assumindo que ele não está mentindo ou brincando) seu uso tanto da palavra ‘corvo’, como da palavra ‘preto’, deve ser diferente do meu uso».

Parece-me óbvio que uma resposta como (6) seria uma evidência não-confirmadora para a hipótese (5), enquanto uma resposta como (7) seria uma evidência confirmadora dela. Assim, é evidente que (5) é uma hipótese empírica que pode ser testada por observações do comportamento de fala de \mathcal{X} . Caso alguém ainda seja cético sobre essa possibilidade, gostaria de direcioná-lo a um livro recente de Arne Naess, que mostra,⁴ por meio de numerosos

⁴ A. Naess, *Interpretation and Preciseness: A Contribution to the Theory of Communication*. Skrifter Norske Videnskaps-Akademi, Oslo, II. Hist.-Philos. Klasse (1953), No. 1.

exemplos, como hipóteses sobre sinonímia de expressões podem ser testadas por procedimentos empíricos.

Além disso, em meu artigo mostrei como isto é também possível para determinar empiricamente a intensão de um predicado na linguagem \mathcal{L} para um robô que faz observações e pode receber e enviar mensagens na linguagem \mathcal{L} .

D. Analiticidade e mudança de linguagem

Quine mostrou (em seu livro, pp. 42–46) que um cientista que descobre um conflito entre suas observações e sua teoria e que, portanto, é compelido a fazer reajustamentos em algum lugar no sistema total da ciência, tem muita latitude em relação ao lugar onde uma mudança deve ser feita. Neste procedimento, nenhum enunciado é imune à revisão, nem mesmo os enunciados da lógica e da matemática. Há somente diferenças práticas, e estas são diferenças de grau, na medida em que um cientista está normalmente menos disposto a abandonar uma lei empírica geral previamente aceite do que uma única sentença observacional, e ainda menos disposto a abandonar uma lei da lógica ou da matemática. Sobre tudo isso, estou inteiramente de acordo. Mas não posso seguir Quine quando ele infere desse fato que a busca por uma fronteira entre enunciados analíticos e sintéticos transforma-se em insensata. Concordo que «qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro aconteça o que acontecer». Mas o conceito de um enunciado analítico que eu tomo como *explicandum* não é adequadamente caracterizado como um «verdadeiro aconteça o que acontecer». Antes de tudo, devo fazer uma distinção entre dois tipos de reajustes em caso de um conflito com a experiência, a saber, entre uma mudança na linguagem, e uma mera mudança em, ou adição de, um valor de verdade atribuído a um enunciado indeterminado (ou seja, em enunciado cujo valor de verdade não é fixado pelas regras da linguagem, digamos, pelos postulados da lógica, matemática e física). Uma mudança do primeiro tipo constitui uma alteração radical, às vezes uma revolução, e ocorre apenas em determinados pontos historicamente decisivos no desenvolvimento da ciência. Por outro lado, as alterações do segundo tipo ocorrem a cada minuto. Uma mudança do primeiro tipo constitui, estritamente falando, uma transição de uma linguagem \mathcal{L}_n para uma linguagem \mathcal{L}_{n+1} . Meu conceito de analiticidade como um *explicandum* nada tem a ver com tal transição. Refere-se em cada caso para apenas uma linguagem; «analítico em \mathcal{L}_n » e «analítico em \mathcal{L}_{n+1} » são dois

conceitos diferentes. Que uma sentença S é analítica em \mathcal{L}_n significa algo apenas sobre o *status* de S dentro da linguagem \mathcal{L}_n ; como é dito frequentemente, significa que a verdade de S em \mathcal{L}_n é baseada nos significados em \mathcal{L}_n dos termos que ocorrem em S . Para ser claro, este *status* possui certas consequências no caso de mudanças do segundo tipo, a saber, que as sentenças analíticas não podem mudar seu valor de verdade. Mas esta característica não é restrita às sentenças analíticas; ela vale também para certas sentenças sintéticas, p. ex., postulados físicos e suas consequências lógicas.

E. O conceito de analiticidade em filosofia

Acredito que a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos, expressos em quaisquer termos, é praticamente indispensável para discussões filosóficas e metodológicas. Isso é indicado pelo fato de que tal distinção é feita pela grande maioria dos filósofos, incluindo aqueles que não a reconhecem explicitamente nesses termos ou mesmo a rejeitam. Como um exemplo, permitam-me referir a um filósofo cujo trabalho estimo muito, embora eu não possa concordar com todos seus pontos de vista. Este filósofo, uma vez, se comprometeu a destruir uma certa doutrina proposta por alguns outros filósofos. Ele não pretendia afirmar que a doutrina era falsa; presumivelmente ele a considerava verdadeira. Mas suas críticas referiam-se a um tipo particular de verdade, a saber, que a verdade da doutrina era de um tipo analítico. Para ser preciso, ele não usou a palavra «analítico», a qual ele parecia não gostar muito. Em vez disso, ele usou outra expressão que, no entanto, claramente parecia possuir essencialmente o mesmo significado de «analítico». O que ele mostrou foi que várias tentativas de atribuir um sentido experimental, empírico, à tal doutrina foram malsucedidas. Finalmente, ele chegou à conclusão de que a doutrina, mesmo que não fosse falsa, era «vazia» e sem «significância experimental».*

Versão em português de GILSON OLEGARIO DA SILVA

* O presente artigo foi publicado como resposta à contribuição de W. V. Quine, intitulada «Carnap and Logical Truth», para a série *Library of Living Philosophers* editada por Paul A. Schilpp, Vol. 11 – *The Philosophy of Rudolf Carnap* (1963) [Que também foi publicado em Quine, W. V. «Carnap and Logical Truth». *Synthese*, 12: 4 (1960), pp. 350–374]. Como indicado pela primeira nota de rodapé no original, as referências ao texto de Quine, em números romanos, requerem a consulta do artigo de Quine no volume acima citado.

REFERÊNCIAS

- CARNAP, Rudolf (1955). «Meaning and synonymy in natural languages». *Philosophical Studies* 6 (3): pp. 33–47. DOI: 10.1007/BF02330951
- GRICE, Herbert Paul e STRAWSON, Peter Frederick (1956). «In Defense of a Dogma». *The Philosophical Review* 65 (2): pp. 141–158. DOI: 10.2307/2182828
- MARTIN, Richard M. (1952). «On 'Analytic'». *Philosophical Studies* 3 (3): pp. 42–47. DOI: 10.1007/BF02333167
- MATES, Benson (1951). «Analytic Sentences». *The Philosophical Review* 60 (4): pp. 525–534. DOI: 10.2307/2181423
- NAESS, Arne (1953). *Interpretation and Preciseness: A Contribution to the Theory of Communication*. (Hist.–Philos. Klasse, No. 1.). Oslo: Skrifter Norske Videnskaps-Akademi, II.
- QUINE, Willard van Orman (1960). «Carnap and Logical Truth». *Synthese*, 12 (4): pp. 350–374. DOI: 10.1007/BF00485423. REIMPRESO EM: *The Philosophy of Rudolf Carnap*, editado por Paul A. Schilpp (Library of Living Philosophers, Vol. XI). La Salle, IL: Open Court Publishing; Londres: Cambridge University Press, 1963, pp. 385–406.
- QUINE, Willard van Orman (1953). *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Recibido: 1-Diciembre-2016 | Aceptado: 20-Diciembre-2016



RUDOLF CARNAP (1891 – 1970), foi Professor na Universidade da Califórnia em Los Angeles, EUA. Doutorado em Filosofia (PhD) pela University of Jena com a dissertação intitulada *Der Raum: Ein Beitrag zur Wissenschaftslehre* (1922), foi membro proeminente do Círculo de Viena e do movimento conhecido como Positivismo Lógico. Junto com Wittgenstein e Russell, é considerado como uma das figuras mais importantes da Filosofia no sec. XX. Contribuiu significativamente em diversas áreas, principalmente em Lógica e Filosofia da Ciência com bibliografia extensa, com o destaque para: *Der Logische Aufbau der Welt*, Leipzig. (Leipzig: Felix Meiner Verlag, 1928); *Logische Syntax der Sprache* (Viena: Julius Springer, 1934); *Meaning and Necessity: a Study in Semantics and Modal Logic* (Chicago: University of Chicago Press, 1947); *Philosophical Foundations of Physics* (Nova Iorque: Basic Books, 1966).

GILSON OLEGARIO DA SILVA (TRAD.), atualmente é doutorando (CPhil) pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM–2011) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia na mesma instituição com a dissertação: «Sobre Estruturas Linguísticas e Paradigmas: as releituras recentes de Carnap e Kuhn». Seus principais interesses

concentram-se em Ontologia, Metametáfísica, História da Filosofia da Ciência, Positivismo Lógico, especialmente as obras de Rudolf Carnap.

DIRECCIÓN POSTAL: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Rua Cora Coralina 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. CEP 13083-896, Campinas, São Paulo, Brasil. e-mail (✉): gilsonolegario@gmail.com

CÓMO CITAR ESTE TRABAJO: CARNAP, Rudolf. «W. V. Quine sobre a Verdade Lógica». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 5:6 (2016): pp. 445–455.

© El autor(es) 2016. Este trabajo es un (Artículo. Original), publicado por *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* (ISSN: 2254-0601), con permiso del autor y bajo una licencia Creative Commons (BY-NC-ND), por tanto Vd. puede copiar, distribuir y comunicar públicamente este artículo. No obstante, debe tener en cuenta lo prescrito en la *nota de copyright*. Permisos, preguntas, sugerencias y comentarios, dirigirse a este correo electrónico: (✉) boletin@disputatio.eu

Disputatio se distribuye internacionalmente a través del sistema de gestión documental GREDOS de la Universidad de Salamanca. Todos sus documentos están en acceso abierto de manera gratuita. Acepta trabajos en español, inglés y portugués. Salamanca — Madrid. Web site: (✉) www.disputatio.eu